



Chuvas que levaram o caos ao sul da Bahia acendem mais uma vez o alerta sobre as mudanças climáticas e seus efeitos para a vida na Terra

ORÇAMENTO 2022 DAS FEDERAIS É INFERIOR AO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA

Página 3

O AVANÇO DA ÔMICRON

A variante até agora com maior poder de contágio da covid-19 se espalha em velocidade alarmante: na quinta-feira (6), pelo quarto dia seguido, foram registrados 2,5 milhões de novos casos, em média, no mundo. No Brasil, houve um aumento de quase 480% dos casos em relação a duas semanas atrás. A capital fluminense é um exemplo do avanço da doença. Se em dezembro cerca de 0,5% dos testes deram positivo para a covid-19, o percentual saltou para 41% esta semana. Diante desse cenário, a reitoria da UFRJ recomendou que todas as atividades voltem à modalidade remota e assim permaneçam até 31 de janeiro.

Página 4

PASSAPORTE VACINAL, SIM!

Em mais uma manobra de boicote à vacina contra a covid-19, o governo negacionista do presidente Jair Bolsonaro, por meio do Ministério da Educação, comandado pelo pastor Milton Ribeiro, tentou, por despacho, “proibir” a exigência do passaporte vacinal para o retorno às atividades presenciais nas instituições federais de ensino superior. A canetada foi repelida pela comunidade acadêmica e sustada pelo STF. Venceram, mais uma vez, a autonomia universitária e a vida. Cada vez mais isolado, Bolsonaro é voz dissonante entre os líderes mundiais, que defendem a vacinação como forma de estancar a pandemia.

Páginas 4 e 5

EDITORIAL

#TARADOSPELAVIDA

DIRETORIA

Que o governo negacionista do presidente Jair Bolsonaro tem desprezo à Ciência e boicota sistematicamente a vacina contra a covid-19, isso não é novidade para ninguém. O que talvez ainda surpreenda é o (baixo) nível de artimanhas que o Planalto engendra para tentar impor a sua visão distorcida da realidade. Os últimos alvos dessa cruzada contra a vida foram crianças de 5 a 11 anos. Em 16 de dezembro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o uso do imunizante da Pfizer para essa faixa etária. Desde então, o governo federal vem retardando o quanto pode o início da vacinação das crianças.

O que pode parecer perverso para qualquer pessoa de bom senso é tratado com uma naturalidade ultrajante por parte do governo. De férias em um balneário de Santa Catarina, onde se exibiu dançando funk e pilotando um jet ski enquanto o sul da Bahia sofria com as chuvas (tema de nossa matéria da página 8), o presidente encarregou seu ministro da Saúde de protelar ao máximo a vacinação das crianças. Marcelo Queiroga convocou então uma inédita e inócua consulta pública para “debater” o tema já referendado pela Anvisa e pelas sociedades médicas especializadas. Não satisfeito, convocou uma audiência pública para “debater” os resultados dessa consulta. Resultado: a contragosto, e mais de 20 dias após a aprovação pela Anvisa, o Ministério da Saúde anunciou a vacinação de crianças contra a covid-19 na quarta-feira (5).

O atraso fará com que meninas e meninos de 5 a 11 anos só comecem a ser vacinados um mês após a aprovação do imunizante da Pfizer pela Anvisa. E isso em um momento de avanço vertiginoso da covid-19 no Brasil e no mundo. Mais contagiosa do que suas antecessoras, a variante ômicron tem feito disparar o número de infectados: em média, são 2,5 milhões novos casos por dia pelo mundo. No Brasil, houve um aumento de quase 480% nos registros positivos esta semana, em relação a duas semanas atrás. Isso levou a reitoria da UFRJ a recomendar o retorno ao modo remoto de todas as atividades administrativas e acadêmicas até 31 de janeiro. Esse é o tema de nossa matéria das páginas 4 e

5, que aborda também a patética tentativa — rechaçada pela comunidade científica e sustada pelo STF — do pastor Milton Ribeiro, ministro da Educação, de proibir a adoção do passaporte vacinal pelas instituições federais de ensino superior.

No fechamento desta edição, a Anvisa divulgou uma notícia animadora: a aprovação do registro do insumo farmacêutico ativo (IFA) da vacina da AstraZeneca contra a covid-19 fabricado pela Fiocruz. Com isso, o país passará a ter o primeiro imunizante 100% nacional. A Fiocruz espera entregar em fevereiro ao Ministério da Saúde as primeiras doses dessa vacina totalmente produzida em seus laboratórios. Um feito assim mereceria do presidente da República um pronunciamento de louvor em cadeia nacional. Até o fechamento desta edição, Bolsonaro optou pelo silêncio.

O atraso fará com que meninas e meninos de 5 a 11 anos só comecem a ser vacinados um mês após a aprovação do imunizante da Pfizer pela Anvisa. E isso em um momento de avanço vertiginoso da covid-19 no Brasil e no mundo.

Bem diferente de sua postura na véspera. Recém-saído do hospital, internado que fora às pressas por conta de um camarão mal mastigado que lhe interrompeu a farrã em Santa Catarina, Bolsonaro voltou à carga contra as vacinas na quinta-feira (6). Em entrevista a uma emissora de TV do Nordeste, o presidente mentiu sobre a morte de crianças pela covid-19 — ele disse ser “quase zero”, e o próprio Ministério da Saúde registra 308 óbitos em crianças de 5 a 11 anos —, e questionou os “interesses” da Anvisa em aprovar a vacinação para essa faixa etária. De quebra, em sua sanha negacionista ensandecida, Bolsonaro chamou os que defendem a vacinação contra a covid-19 de “tarados por vacina”.

Somos, sim, presidente, tarados por vacinas, tarados pela Ciência. Tarados pela vida.

FIM DA PRODUÇÃO DO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO



pela Rádio UFRJ a partir desta semana. A mudança faz parte de uma

No ar desde outubro de 2020, o programa AdUFRJ no Rádio deixará de ser veiculado

série de medidas implementadas pela nova diretoria do sindicato de forma a adequar a estrutura interna de trabalho aos grandes desafios que terão de ser enfrentados este ano, sobretudo com o processo eleitoral, em suas múltiplas frentes, e com os constantes embates em defesa da universidade pública e gratuita para todos, diante de um governo que nega a Ciência e ataca a democracia.

Escolhido por meio de um edital de seleção da Rádio UFRJ, o programa abordou, ao longo desse mais de um ano no ar, temas de grande relevância, não apenas para a comunidade acadêmica, mas para a sociedade em geral, nas áreas de Educação, Ciência, Arte e Política. Os episódios podem ser encontrados nos agregadores de podcasts disponíveis no mercado.

PLANTÃO JURÍDICO DA ADUFRJ RETORNA NO DIA 11

O atendimento jurídico da AdUFRJ retorna em 11 de janeiro de 2022. O plantão será feito pelo aplicativo Zoom, entre 8h e 11h30, às terças-feiras. Às quintas-feiras, o plantão ocorre a partir de 12h30. Para agendar um horário, envie e-mail para atendimentojuridico@adufjrj.

org.br ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672. Você receberá o link para participar no número informado. No horário marcado é só clicar no link e entrar na sala de reunião. Se você ainda não conhece o aplicativo, acesse www.zoom.com e instale em seu computador ou celular gratuitamente.

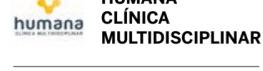
O conjunto de serviços prestados pela assessoria jurídica, de forma gratuita aos associados, refere-se a temas e demandas que se relacionem com a atividade funcional do professor na UFRJ, especificamente em matérias previdenciárias, trabalhista, administrativa e sindical, envolvendo a universidade e a União Federal.



CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



MAIS UM ANO SEM DINHEIRO

> Conjunto das universidades federais terá mais verbas em 2022 que no ano passado, mas valores ainda estão distantes do recebido em 2019, último ano antes da pandemia

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Não será um ano novo para as universidades brasileiras, no que depender do orçamento federal aprovado pelo Congresso, em 21 de dezembro. Os parlamentares aumentaram em apenas R\$ 196 milhões as já rebaixadas verbas propostas pelo governo, em agosto do ano passado. Em vez de R\$ 5,13 bilhões, o conjunto das instituições de ensino superior terá apenas R\$ 5,32 bilhões para o funcionamento das atividades em 2022. Um pouco mais que o reservado para o fundo eleitoral, de R\$ 4,9 bilhões. Para efeito de comparação, o montante das universidades foi de R\$ 6,06 bilhões em 2019.

“É muito aquém do que a gente esperava. Até porque 2022 tende a ser um ano de funcionamento pleno, como foi 2019”, crítica o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professor Marcus David. A entidade reivindicava os valores de três anos atrás, corrigidos pela inflação. Segundo o IPCA acumulado no período de janeiro de 2019 até novembro último, os recursos deveriam saltar para R\$ 7,22 bilhões. Quase R\$ 2 bilhões a mais que a dura realidade. As informações constam de um estudo preparado pela coordenação nacional do Forplad, fórum assessor da Andifes na área de orçamento e finanças.

“Não conseguimos nem chegar ao valor nominal de 2019. Não tenho dúvida de que será um ano muito difícil. No caso do PNAES (Plano Nacional de

ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

2019
R\$ 6,06 bilhões

2020
R\$ 5,53 bilhões

2021
R\$ 4,51 bilhões

2022
R\$ 5,32 bilhões*

*depende de sanção presidencial

ORÇAMENTO UFRJ

2019
R\$ 377 milhões

2020
R\$ 374 milhões

2021
R\$ 299,1 milhões

2022
R\$ 329,2 milhões*

*a confirmar

Assistência Estudantil), estamos com o mesmo valor de 2019. Mas nos outros custeios sofremos redução”, completa o presidente da Andifes.

E poderia ter sido pior. No relatório preliminar apresentado pelo relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, as universidades perderiam R\$ 298 milhões em relação à proposta do governo. Mas a pressão da comunidade acadêmica permitiu, ao menos, alguma

melhoria dos números.

Reitor da Federal de Juiz de Fora, Marcus David vai discutir o orçamento interno no fim do mês. “Minha equipe está fazendo as projeções. O semestre começa em abril. Serão, pelo menos, nove meses de funcionamento completo”, diz. “Será difícil e acho que todo mundo vai passar bastante dificuldade em 2022”, alerta.

Como se não bastassem todos esses problemas, o orçamento das universidades ainda pode ficar menor. O texto aprovado no Congresso depende da sanção do presidente Jair Bolsonaro, que já vetou recursos das universidades no passado. Ele tem prazo de 15 dias úteis, que começou a contar em 3 de janeiro, para sancionar a proposta orçamentária.

UFRJ ESTUDA OS NÚMEROS

A UFRJ estuda os números do Projeto de Lei nº 19/2021, relativo ao orçamento da União em 2022. Em uma avaliação preliminar, o orçamento discricionário — ou seja, as verbas que pode decidir como gastar — seria R\$ 8,4 milhões maior que o previsto no texto do governo, anterior à tramitação no Congresso: R\$ 329,2 milhões contra R\$ 320,8 milhões.

De qualquer forma, é um valor que não reverte o complicado cenário já apresentado ao Conselho Universitário, no fim do ano passado. Em 2019 e em 2020, a Lei Orçamentária Anual reservou, respectivamente, R\$ 377 milhões e R\$ 374 milhões para os cofres da instituição.

“Com um pouquinho de acréscimo, não muda o fato de que terminaremos o ano com déficit”, explica o professor Eduardo Raupp, da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças. O Consuni, ainda com base na proposta apresen-



É muito aquém do que a gente esperava. Até porque 2022 tende a ser um ano de funcionamento pleno, como foi 2019”

MARCUS DAVID
Presidente da Andifes

EMENDAS PARLAMENTARES SOMAM R\$ 21,3 MILHÕES

O documento aprovado no Congresso soma R\$ 21,3 milhões em emendas parlamentares destinadas à UFRJ. Os valores, por enquanto, superam os R\$ 15,6 milhões obtidos na Lei Orçamentária de 2021. Mas também podem ser vetados pelo presidente. E, mesmo se passarem pelo crivo presidencial, estão sujeitos a eventuais contingenciamentos ao longo do ano, assim como as demais verbas discricionárias.

As receitas, porém, não vão ajudar a pagar as contas da universidade, pois são “carimbadas”. Ou seja, têm uma finalidade específica. O Museu Nacional foi a única unidade da UFRJ contemplada por uma emenda da bancada federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 2,6 milhões, para auxiliar a reconstrução e modernização do prédio destruído pelo incêndio de setembro de 2018.

tada pelo governo, aprovou que a universidade termine este exercício fiscal com um saldo negativo de R\$ 93 milhões. Não há mais espaço para ajustes orçamentários internos.

Com aulas e atividades administrativas sendo realizadas amplamente em meio remoto, a expectativa já era de um resultado final no vermelho, ano passado. As contas, porém, ainda não estão fechadas. A maioria das notas fiscais de dezembro ainda não chegou à pró-reitoria.

NOTAS

CONCURSO AUDIOVISUAL TEM COMO TEMA “UNIVERSIDADE: CONHECIMENTO E CIDADANIA”

Estudantes das universidades federais podem se inscrever na terceira edição do Concurso Audiovisual da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Com o tema “Universidade: Conhecimento e Cidadania”, a iniciativa quer incentivar a produção de conteúdos audiovisuais de perspectivas diferentes e criativas. Assim como nas edições anteriores, os vídeos precisam ter cerca de um minuto. Podem ser usados recursos de animação e filtros especiais. Os três primeiros colocados ganharão prêmios que variam de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil. As inscrições terminam no dia 31 de janeiro.

PROJETOS DA UFRJ SÃO SELECIONADOS PELA FAPERJ PARA ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS

Dezoito projetos da UFRJ foram selecionados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) para o Programa de Apoio à Atualização e Manutenção de Acervos nas Instituições de Ensino Superior e Pesquisa. Os recursos do edital vão permitir a aquisição de novos livros — incluindo obras eletrônicas — e a preparação do material já disponível para acesso do público. As melhorias também contemplam reforma e restauração de salas, instalação e manutenção dos aparelhos de ar-condicionado e compra de mobiliário adequado, tornando os ambientes mais agradáveis para os estudantes, servidores e comunidade externa.

MUSEU NACIONAL RECEBE TUBARÃO-MARTELO DE 2,5 METROS PARA FUTURAS EXPOSIÇÕES

O Museu Nacional acaba de ganhar um exemplar de tubarão-martelo para o seu acervo. O espécime, de 2,5 metros e mais de 100 quilos, foi encontrado em uma rede de pesca próxima às Ilhas Cagarras, já sem vida, no fim do ano passado. O macho, da espécie *Sphyrna lewini*, será conservado em formol dentro de um tanque especial, adquirido ano passado para armazenar Margarida, um tubarão fêmea da espécie mangona, que vivia no AquaRio. Agora, os dois vão dividir o tanque. “Mais um resultado da campanha de recomposição do acervo para as novas exposições!”, comemorou o diretor do Museu, professor Alexander Kellner.

O QUE DIZEM OS PRINCIPAIS LÍDERES MUNDIAIS



Temos a porta de saída da pandemia. É a vacinação. Não vamos parar até vacinar o último argentino e a última argentina. Acordos já foram firmados para garantir que crianças e adolescentes sejam imunizados”

ARGENTINA
ALBERTO FERNÁNDEZ
Presidente



“A vacina é um marco significativo na luta da Nova Zelândia contra a covid-19. Com cada pessoa que é vacinada, ficamos um passo mais perto de afastarmos as restrições para gerenciar a covid-19”

NOVA ZELÂNDIA
JACINDA ARDERN
Primeira-ministra



Mais uma vez, apelo aos 5 milhões de não vacinados: faça esse gesto simples para si mesmos, para seus compatriotas e para o nosso país”

FRANÇA
EMMANUEL MACRON
Presidente



“Quase 4 bilhões de pessoas em todo o mundo foram vacinadas sem grandes efeitos colaterais e inúmeras pessoas vacinadas tornaram-se pais de bebês saudáveis. Os benefícios da vacinação são realmente grandes”

ALEMANHA
OLAF SCHOLZ
Chanceler



“Faça disso seu desejo de ano novo. Algo muito mais simples do que perder peso ou manter um diário: vacine-se e faça algo que fará de 2022 um feliz ano novo para todos nós”

REINO UNIDO
BORIS JOHNSON
Primeiro-ministro

CONTROLE REMOTO

> Com explosão de casos de covid-19 e gripe no Rio de Janeiro, reitoria recomenda suspensão de todas as atividades presenciais até 31 de janeiro

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O aumento exponencial de casos de covid-19, impulsionado pela variante ômicron no Rio de Janeiro e associado à epidemia de gripe, fez a UFRJ revisar sua decisão pela retomada da rotina presencial. A nota foi publicada no site da universidade no final da tarde desta quinta-feira (6). Todas as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão devem, preferencialmente, voltar à modalidade remota e assim permanecerem até o dia 31 de janeiro. “Essa não é uma determinação, mas uma orientação”, esclarece a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho. “Os casos no Rio de Janeiro estão muito altos”, justifica.

A nota foi amparada por avaliação do GT Coronavírus da universidade. “Eu nunca vi no Brasil e no Rio de Janeiro, em especial, um vírus tão contagioso como essa nova variante. Superior até ao sarampo”, alerta o professor Roberto Medronho, epidemiologista e coordenador do GT. Em dezembro, cerca de 0,5% dos testes realizados no município do Rio confirmavam casos positivos de covid-19. A taxa saltou para 41% esta semana. Na UFRJ, o Centro de Triagem e Diagnóstico (CTD) também identificou aumento expressivo de testes positivos: de 0%, em dezembro, para 43% nesta primeira semana de janeiro.

Medronho, que faz parte do Comitê Científico do Estado, afirma que neste momento não há condições de manter a programação de bailes de carnaval, nem mesmo os desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí. “Estamos dispostos a

pagar isso com vidas?”. O docente defenderá sua posição na reunião do Comitê, programada para esta sexta-feira (7).

VACINA É EFICIENTE

A capital fluminense tem 81% de sua população imunizada com as duas doses da vacina, o que, por enquanto, mantém o número de internações bem abaixo dos níveis registrados no meio do ano passado, quando a taxa de positivos também estava na faixa dos 40%. Hoje, 26 pessoas estão internadas na rede pública da cidade com covid-19, contra mil no ano passado.

A tendência se reflete pelo país. Os números mais recentes da pandemia no Brasil indicam que houve um aumento de 477% no número de casos em comparação com 14 dias atrás. Nas últimas 24 horas (entre quarta e quinta-feira) foram contabilizados 47.717 casos. O número de mortes, no entanto, teve variação de -10%, o que indica estabilidade, com 101 óbitos em 24 horas. “As internações tendem a aumentar nas próximas semanas, mas os óbitos, segundo apontam as evidências internacionais, deverão se manter bem abaixo dos registrados em 2020 e 2021”, avalia Medronho.

O efeito combinado entre vacina e características da variante ômicron – responsável por 98,1% dos novos casos no Rio de Janeiro – pode explicar a diferença entre as taxas de testes positivos e mortes. “A vacina protege muito bem contra o óbito e casos graves. Por isso é altamente recomendada”, enfatiza o professor Roberto

Medronho. “Ser contra a vacina é um crime de responsabilidade pública. Não tomar a vacina é uma irresponsabilidade”, critica. A única forma de superarmos a doença é com a imunização. “A vacina nos tirará da pandemia”, adverte o especialista. “Ainda não demos um fim na pandemia porque a distribuição de vacinas no mundo é indigna”, critica o professor. “O dado mundial publicado esta semana indica que 58% da população do planeta recebeu ao menos uma dose da vacina. Nos países de baixa renda, esse número cai para uma média de 8,5%, chegando a pouco mais de 1% em países africanos. É uma vergonha”.

Para reduzir tanta desigualdade, o professor defende a quebra de patentes. “É uma medida polêmica, mas os laboratórios e grupos já ganharam muito dinheiro com a vacinação contra a covid-19. Somente com a quebra dessas patentes poderemos permitir que os laboratórios no mundo todo produzam seus próprios imunizantes”.

Na contramão da Ciência, como de hábito, o presidente Jair Bolsonaro mais uma vez atacou as vacinas e distorceu informações sobre óbitos de crianças no Brasil, em entrevista a uma emissora de TV do Nordeste, nesta quinta-feira (6). Bolsonaro chamou as pessoas que defendem a imunização contra a covid-19 de “taradas por vacinas” e, como se vê nas frases que ilustram estas páginas, é uma voz cada vez mais isolada contra a Ciência em meio a um consenso dos principais líderes mundiais em favor da vacinação e da vida.



EM CASO DE SINTOMAS

A reitoria orienta que professores, técnicos-administrativos e estudantes com sintomas ou que tiveram contato com indivíduos infectados realizem o teste no CTD.

A unidade agora funciona no Polo de Biotecnologia, ao lado do Centro de Ciências da Saúde, das 8h às 11h30. Caso o resultado seja positivo, será preciso se afastar e realizar nova testagem após sete dias. Caso o resultado seja negativo, a pessoa poderá retomar suas funções.

Em caso positivo, será necessário um novo teste sete dias depois. Toda semana, a equipe técnica da reitoria realizará uma nova avaliação para classificar o cenário epidemiológico e passar novas orientações à comunidade acadêmica.

O QUE DIZ O PRESIDENTE DO BRASIL



“Não apoiamos o passaporte vacinal nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar”

“Você vai vacinar o teu filho contra algo que o jovem por si só, uma vez pegando o vírus, a possibilidade dele morrer é quase zero? Qual o interesse das pessoas taradas por vacina?”

“A Anvisa, lamentavelmente, aprovou a vacina para crianças entre 5 e 11 anos de idade. A minha opinião, quero dar para você aqui: a minha filha de 11 anos não será vacinada”

“Eu peço, como se trata de crianças, não se deixe levar pela propaganda. Converse com os seus vizinhos”

JAIR BOLSONARO
Presidente

LUCAS ABREU E SILVANA SÁ
comunica@adufjr.org.br

A reitoria da UFRJ foi uma das primeiras do país a se manifestar contra o despacho do ministro da Educação, Milton Ribeiro, que tentou proibir que as universidades cobrassem comprovante vacinal de suas comunidades acadêmicas. Em nota, divulgada em 30 de dezembro, dia seguinte ao ato ministerial, a administração central reafirmou a cobrança do passaporte. “As pessoas não vacinadas ajudam na espalhamento do vírus”, justifica a professora Denise Pires de Carvalho, reitora da universidade. “Eu não vou deixar pessoas não vacinadas acessarem nossos prédios. É uma questão de saúde, de defesa da vida. Isso é Ciência”, reivindica.

A medida, segundo a docente, vale não só para professores e técnicos, como também para estudantes. “Já temos uma portaria que prevê a cobrança do comprovante para todo o corpo social da universidade, o que já ocorre nas entradas dos prédios, para todas as pessoas”, conta.

Denise coordena um grupo de trabalho, no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), para criar diretrizes sobre o tema. “São realidades muito distintas. Elaboramos um questionário, que foi respondido por 53 universidades de todas as regiões do país. Estamos em vias de tabular os dados para apresentar as conclusões”, informa Denise.

Quem também reagiu rápido ao despacho do MEC foi a AdUFRJ. Em nota divulgada em 30 de dezembro, a diretoria se manifesta “firmemente contra esta orientação negacionista do ministro da Educação”, diz trecho do texto. “O direito coletivo à saúde é mais importante do que o direito individual de uma pessoa de não tomar vaci-

NÃO AO NEGACIONISMO

na”, defende o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. “Ficamos pasmos com o ato do MEC, mas não podíamos esperar outra coisa do governo Bolsonaro, que desde o início da pandemia tem trabalhado contra as diretrizes de saúde”, avalia o professor.

Para o dirigente, o despacho do MEC ataca a autonomia universitária. “É um preceito constitucional bem estabelecido. A universidade conta com autonomia didático-científica e administrativa, e o passaporte vacinal é fundamental para o bom andamento das atividades da universidade”, opina João. A AdUFRJ se preparava para questionar judicialmente a decisão do MEC, quando o ato ministerial foi sustado pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, no dia 31 (leia mais abaixo).

O Sintufjr também apoia a exigência do passaporte vaci-

nal. “Somos favoráveis e acho ótimo que a reitoria tenha mantido essa posição, enfrentando o MEC, fazendo jus à resolução construída e aprovada pelo Conselho Universitário”, defende a coordenadora do Sintufjr, Joana de Angelis. “Garantir a vida e a tranquilidade para o retorno ao trabalho e às aulas é fundamental”, argumenta.

Entidades e associações nacionais, como a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o Observatório do Conhecimento e a UNE emitiram nota conjunta, ainda no dia 29 de dezembro, contra o que chamaram de “desrespeito” e “erro” do governo. “Consideramos que o despacho do Sr. Ministro da Educação, nesta data, além de desrespeitar a autonomia constitucional das instituições de ensino superior, está errado no mérito, por impossibilitar a adoção de medidas indispensáveis para garantir o direito, também constitucional, à vida”.

REALIDADES DISTINTAS

A Andifes também defende a autonomia, mas reconhece que nem todas as universidades decidiram pela cobrança do comprovante. “Nós temos universidades que aprovaram o passaporte vacinal e universidades que não aprovaram. Pelos mais diferentes motivos”, afirma o presidente da associação, professor Marcus David. “A UnB aprovou uma regulamentação em que não exige passaporte para a matrícula, mas o aluno não vacinado não pode usar restaurante universitário, nem usar biblioteca. São várias situações”, completa.

Muitas universidades ainda estão debatendo o tema, de olho em um amplo retorno presencial da comunidade acadêmica no primeiro período letivo de 2022. “É o meu caso”, diz o presidente da Andifes, que é reitor da Federal de Juiz de Fora (UFJF). Lá, o próximo período letivo começa em abril. “Estamos fazendo um debate muito grande dentro da Andifes. Por isso, o pior da decisão do ministro (do MEC) foi atropelar essa discussão mais profunda e cuidadora”.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) aprovou a obrigatoriedade do comprovante de vacina. O desafio agora é construir um sistema para a efetivação do controle. “Fazer acontecer em uma universidade gigantesca como a nossa é bem desafiador. Se formos cobrar de cada indivíduo que entra, teríamos que ter um enorme mecanismo de conferência, para evitar aglomerações, inclusive”, explica o professor Antonio Claudio Lucas da Nóbrega, reitor da universidade.

“Buscamos uma alternativa que não seja a do controle do indivíduo, em um primeiro momento, mas sim controle do cadastro da comunidade”, conta o reitor. Cada unidade deverá fazer o mapeamento de suas comunidades locais e atrelar o comprovante aos cadastros das pessoas no sistema da universidade. Uma vez cadastrado, o indivíduo está autorizado a ingressar nas dependências da instituição. “Não dá para cobrar o comprovante toda vez que a pessoa entra em um campus”, reconhece.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) ainda cogita adotar a obrigatoriedade do comprovante de vacinação. Segundo o reitor Ricardo Silva Cardoso, a instituição formou um grupo de trabalho para criar um plano de retorno às atividades presenciais. “O plano apresenta recomendações como, por exemplo, solicitação do passaporte sanitário, comprovando a completa imunização conforme o calendário vacinal, e uso de máscara obrigatório nas dependências da universidade”, conta o reitor. **(Colaborou Kelvin Melo)**

DECISÃO DO STF ANULOU DESPACHO DO MEC

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, anulou os efeitos do despacho do MEC que proibia que as universidades federais cobrassem comprovante de vacinação contra a covid-19 de suas comunidades acadêmicas. Segundo a decisão do ministro, publicada no dia 31 de dezembro, o ato do ministério fere a Constituição, já que as universidades gozam de autonomia.

Lewandowski analisou pedido de tutela de urgência formulado pelo PSB, em uma ação sobre vacinação que já tramitava no STF, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 756. Na decisão, o ministro do STF sublinhou que o MEC, “além de contrariar as evidências científicas e análises estratégicas em saúde ao desestimar a vacinação, ainda sustenta a exigência de lei federal em sentido estrito para que as instituições pudessem

estabelecer tal restrição”.

O posicionamento do ministro é o mesmo defendido pelo professor Luigi Bonizzato, especialista em Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito. “Há duas decisões de plenário do STF. Em ambas nossa corte suprema aponta a obrigatoriedade da vacina, indica possíveis sanções a não vacinados e determina a competência para que outros agentes da esfera pública atuem no sentido de combater a doença”, ressalta o docente.

As decisões são de dezembro de 2020 e fevereiro de 2021. “O ministro (Milton Ribeiro) coloca como argumento a necessidade de uma legislação federal. Mas enquanto essa legislação própria – que eu defendo que seja uma Emenda Constitucional sobre a obrigatoriedade da vacina – não for criada, nós temos decisões Judiciais do STF que norteiam o Direito e precisam

ser cumpridas”.

Em relação aos limites para essa obrigatoriedade, o professor Bonizzato afirma que os cidadãos apenas não podem ser levados coercitivamente a serem vacinados. “Isso está evidentemente proibido e expresso na decisão do Supremo, mas sanções a pessoas que recusem a vacinação, sem justificativa médica, estão previstas”, destaca. “Proibir uma pessoa de acessar as dependências da universidade está, portanto, em consonância com as decisões do STF. A proteção à saúde e à vida são preponderantes”.

VACINAÇÃO INFANTIL

O Ministério da Saúde finalmente autorizou a vacinação infantil, 20 dias depois de a Anvisa autorizar o uso do imunizante da Pfizer para a faixa etária de 5 a 11 anos. A boa notícia, no campo jurídico, pode trazer ainda mais confusão, segundo o professor

Luigi Bonizzato. “Imagine que os pais de uma criança sejam separados e tenham guarda compartilhada. Um é a favor da vacinação, o outro contrário. Essa criança será vacinada? Haverá disputa judicial”, aponta. “Se já houvesse uma Emenda Constitucional a este respeito, o Judiciário não precisaria ser acionado”, diz.

Essas e outras situações poderão ser desencadeadas. “É possível que as escolas passem a cobrar o comprovante de vacinação das crianças e isso não estará contra as nossas tradições brasileiras, afinal já temos um Plano Nacional de Imunização, com calendário próprio e que é cobrado nas matrículas escolares”, afirma. “Quem sabe acrescentar a vacina contra a covid-19 ao calendário infantil obrigatório não seja uma saída para estes casos?”, sugere o docente. **(Silvana Sá)**

Hospital desativa 110 leitos na virada para 2022

> Medida foi resultado do fim de convênio com Ministério da Saúde que pagava 850 profissionais temporários. Unidade hoje funciona com metade da capacidade de atendimento considerada ideal

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

A virada de ano veio acompanhada de uma má notícia para servidores, estudantes e pacientes do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Com o fim de um convênio firmado com o Ministério da Saúde até 31 de dezembro passado, 850 profissionais contratados de forma temporária deixaram a unidade de saúde e 110 leitos foram desativados. Apenas 200 estão abertos, no momento.

“Mantivemos estes profissionais com o orçamento suplementar do Ministério da Saúde destinado à demanda Covid, que serviu para contratar pessoal e assegurar os leitos de referência abertos no Rio de Janeiro”, explicou, em nota, o diretor geral do HU, professor Marcos Freire.

De acordo com a mesma nota, os leitos agora fechados atendiam a diversas especialidades clínicas e cirúrgicas. Além disso, o hospital não conta mais com leitos exclusivos para pacientes infectados com o coronavírus. A unidade só atende pacientes que testem positivo e tenham prontuário ativo na unidade ou já estejam internados. Os espaços reformados para receber

pacientes da pandemia estão sendo utilizados em outros atendimentos, exceto a área do CTI covid, que está desativada.

O diretor do hospital explica que a unidade sofre com um déficit significativo de pessoal, especialmente considerando sua capacidade ideal de funcionamento. “Para manter o atendimento e a qualidade de ensino, o ideal é que o hospital tenha 400 leitos. Mas, para isso, são necessários cerca de 1,9 mil profissionais — médicos, enfermeiros, outras especialidades e administrativos — além do efetivo atual, que é de 2,6 mil”, afirma Marcos Freire.

Para o coordenador do Complexo Hospitalar da UFRJ, Leôncio Feitosa, o fechamento dos leitos é “terrível para o sistema de saúde pública, para o SUS, para a universidade e para a sociedade”. Segundo ele, o hospital tentou renovar o convênio com o Ministério da Saúde, mas recebeu uma resposta negativa do governo federal. “Nosso desejo é que fosse renovado, mas, quando fizemos a solicitação, o momento era outro. Agora estamos vendo um recrudescimento da pandemia”, contou Leôncio, em referência ao avanço da variante ômicron no país.

A prefeitura do Rio pediu que o governo do Estado abra novas vagas para pacientes de covid-19 na sua rede de saúde. Leôncio afirma que o HU está pronto



FERNANDO SOUZA

para abrir vagas, desde que haja um aporte de recursos na unidade. “A reitoria já apresentou ao governo federal, quando fez a proposta para a renovação do convênio, os valores necessários para a manutenção desse pessoal e dos leitos abertos”, contou. Para Gerly Miceli, coordenadora do Sintufjr, não só o HU, mas todas as unidades de saúde que abriram novas vagas para atendimento de pacientes de covid-19, deveriam se empenhar para preservar estes leitos, de forma permanente. “Todos es-

ses hospitais que tiveram um incremento de recursos para o enfrentamento da pandemia deveriam, via Complexo Hospitalar e reitoria, fazer uma forte campanha para que esses leitos fossem agregados aos da universidade para atendimento das especialidades”, defendeu a dirigente.

Gerly entende que seria uma nova oportunidade de unir a sociedade civil em defesa da UFRJ, como aconteceu em maio do ano passado, quando a reitoria denunciou o desmonte

orçamentário da universidade. “Isso daria autoridade à UFRJ, junto à sociedade, para reivindicar concursos públicos, para servidores em RJU, dado que a universidade está oferecendo mais estes serviços”, explicou.

Diante da crise de recursos e de pessoal do Complexo Hospitalar da UFRJ, o Consumi aprovou, no fim do ano passado, a abertura de negociações com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsrh), que administra 40 hospitais universitários por todo o país.

Cresce o protesto contra presidência da Capes

> Mais 24 pesquisadores, da área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros, renunciaram ao processo de avaliação. Entrevista concedida pela presidente da Capes azedou o clima com a comunidade acadêmica

BEATRIZ COUTINHO
E KELVIN MELO
comunica@adufjr.org.br

Segue tensa a relação entre a presidência da Capes e a comunidade científica. No dia 22 de dezembro, os três coordenadores e 21 consultores *ad-hoc* da área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros renunciaram às funções de avaliadores da Quadriênal 2017-2020. Com esses, já são 138 cientistas de cinco áreas do conhecimento que deixaram seus postos em sinal de protesto contra a atual gestão da agência de fomento.

“A renúncia não foi uma decisão tomada devido a uma ocorrência, mas sim a um histórico de decisões equivocadas (da Capes)”, explica um dos recém-demissionários, o professor José Neuman, da Universidade Federal do Tocantins. Para o docente, existe inconstância no direcionamento da agência. Essa movimentação, para ele, não seria à toa. “Há por trás um interesse da iniciativa privada

em deixar que esse processo de avaliação acabe pelo cansaço”, opina.

“A questão é o ambiente”, reforça o professor Ronaldo Oliveira (UFBA), agora ex-coordenador da área e membro titular do Conselho Técnico Científico de Educação Superior (CTC-ES). “Não é dialógico, por mais que se diga que é. Temos que estar o tempo todo disputando para ter uma respostas efetiva para conduzir algo que era pra ser natural”, critica.

A gota d’água foi a entrevista concedida pela presidente da Capes, Cláudia Toledo, ao jornal O Globo, no mesmo dia 22. Toledo classificou as renúncias anteriores como “insurgência” ou “deserção”. “Nós podemos até ser insurgentes, porque somos contrários a esse mecanismo que se instalou na Capes. Mas desertores? Acho inadmissível”, conclui o coordenador.

A declaração ao Globo também não foi bem recebida por grande parte dos pesquisadores que ainda permanecem em seus cargos. Dois dias após a publicação da entrevista, os coorde-

nadores de 29 áreas assinaram uma carta cobrando a saída de Cláudia Toledo ao ministro da Educação. Acrescentaram, como motivo de preocupação, o pedido de exoneração do então diretor de Avaliação da Capes, professor Flavio Anastacio de Oliveira, considerado um pesquisador de renome acadêmico. “Esse conjunto de fatos consolida a percepção de que não há mais condições mínimas de darmos continuidade ao processo nobre de avaliação dos PPGs do país sob a égide da atual presidência”, diz um trecho do documento.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência imediatamente também protestou contra o desrespeito aos pesquisadores que renunciaram. “A SBPC considera que o legítimo direito de expressão e crítica (...) não pode ser assimilado a ‘insurgência’ ou ‘deserção’, como foi dito”, diz um trecho de nota divulgada no dia 22. Após o Natal, a presidente da Capes convidou os representantes da entidade e da Academia Brasileira de Ciências para uma

reunião e tentou justificar as expressões utilizadas.

PRESSÃO GERA MUDANÇAS

Em meio à crise, a Capes aceitou com algumas medidas que agradaram aos pesquisadores: revogou uma polêmica portaria que tratava da classificação dos periódicos, estendeu o prazo da avaliação para 23 de dezembro deste ano e prorrogou o mandato dos atuais coordenadores de área.

“São medidas que estávamos reivindicando. Consideramos que as coisas se clarearam graças, sobretudo, à mobilização da comunidade científica e ao diálogo que mantivemos com a direção da Capes”, avaliou Renato Janine Ribeiro, presidente da SBPC.

Mas nem todos recuperaram a confiança na gestão da agência de fomento. “É o reconhecimento por parte da Capes de que a pressão da comunidade científica foi forte e estava muito bem embasada em argumentos, porém falta esclarecer muitas coisas”, diz o professor César Niche, do Instituto de Matemática, que renunciou à função de consultor da área. “Novos cursos e ensino a distância continuam sendo prioridades da Capes. Fizeram um recuo estratégico, mas ainda falta bastante para preservar a integridade da avaliação”.

Já o professor Leandro de Paula, do Instituto de Física, também ex-consultor de área, explica que ainda paira uma incerteza sobre a Quadriênal por conta da decisão judicial. “A Justiça falou que pode avaliar, mas não pode divulgar os resultados, porque não julgou o mérito. Mesmo que as pessoas trabalhem, se a Justiça determinar que não vale, ela engaveta”. O docente reforça que a renúncia teve o objetivo de chamar a atenção para problemas sérios da Capes, mas que “todos têm interesse na avaliação”.

RECOMPOSIÇÃO DE COMISSÕES

No dia 17 de dezembro, a presidente da agência enviou um ofício circular para iniciar a recomposição das comissões que renunciaram à avaliação. Programas e sociedades científicas devem indicar nomes até o dia 14 de janeiro. As indicações serão avaliadas pela Diretoria de Avaliação para elaboração de listas, que serão apreciadas pelo Conselho Superior da Capes. Por fim, a instância vai apresentar listas tripliques, que serão submetidas à escolha da presidente Cláudia Toledo.

Os pesquisadores ouvidos pela reportagem consideram que a medida está seguindo os trâmites corretos. “Isso é um fato positivo”, explica o antigo coordenador da Área de Física e Astronomia, professor Fernando Lázaro, da PUC-Rio. Ele é enfático ao afirmar que não voltará ao cargo, mesmo com a nova convocação. “A dificuldade é saber se conseguirão convencer pessoas que têm certo prestígio na comunidade a embarcarem nessa canoa, que pode ser uma canoa furada”.

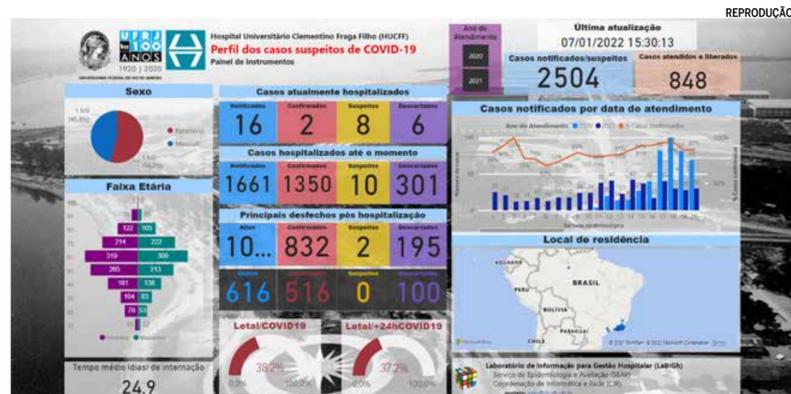
PAINEL COVID-19: MAIS DE 2,5 MIL ATENDIDOS

Desde que começou a receber pacientes com suspeita de contágio pela covid-19, no ano retrasado, o HU já atendeu 2.504 pessoas, das quais 1.656 foram internadas. Os dados são de um painel elaborado pela equipe de vigilância epidemiológica em conjunto com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do hospital, que informa em tempo real o número de casos, por sexo e faixa etária, atendidos e internados no hospital e os principais desfechos (altas, óbitos), além de indicadores hospitalares, como tempo médio da internação e taxa de mortalidade.

O painel surgiu a partir de um projeto que buscava utilizar ciência de dados para subsidiar a gestão na tomada de decisões. “Quando veio a pandemia, a programadora Ana Rangel desenvolveu um sistema de informação para o monitoramento dos casos de covid-19 que cha-

mamos de VisualizaCOVID, e é integrado ao prontuário eletrônico do hospital”, contou Henrique de Castro Rodrigues, chefe do Serviço de Epidemiologia e Avaliação (SEAV) do hospital. “Nós adaptamos ao covid-19 para que, durante a pandemia, tanto a direção médica quanto a direção geral do hospital tivessem informação útil em tempo real para controle da situação e tomada de decisão”, explicou Henrique. “Graças ao painel, os gestores do hospital tinham em tempo real informação útil e atualizada. É o que esperávamos que o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica do SUS pudesse oferecer para a sociedade, caso houvesse investimentos para isso”, resumiu.

Para Henrique, a experiência foi fundamental, especialmente pela maneira como os dados dos pacientes foram automatizados dentro da unidade. A



PAINEL MOSTRA o atendimento dos casos de covid-19 em tempo real

apresentação dos dados por meio do painel, para o especialista, é apenas a ponta visível de um complexo sistema integrado de dados. “A ferramenta principal é a integração dos dados dos pacientes dos sistemas

do hospital com os dados do monitoramento dos casos realizado pela equipe de vigilância epidemiológica”, afirmou. “Algo que facilitou tanto a circulação interna de informação, quanto o envio de informações para ou-

tros órgãos do sistema público de saúde”, explicou Henrique. Ele ainda exaltou o trabalho da equipe de TI do hospital. “Foi um trabalho brilhante deles, feito com uma equipe com déficit importante de pessoal”.

CAMPUS CAXIAS PLANEJA RETORNO DE FORMA GRADUAL

BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufjr.org.br

Localizado no distrito de Xerém, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, o Campus Caxias da UFRJ vinha ampliando seu retorno presencial desde novembro. Hoje, circulam no campus — entre docentes, técnicos, terceirizados e estudantes — aproximadamente 500 pessoas. Antes da pandemia, o número era entre 800 e 850. “Não voltamos todos ao mesmo tempo. Montamos um sistema de rodízio para ter sempre um setor aberto”, esclarece Juliany Rodrigues, diretora do Campus Caxias. Ela conta que, em turnos, todos os 57 professores efetivos retornaram. O mesmo vale para os 60 técnicos administrativos, com exceção de três servidores que declararam comorbidade, e os 28 terceirizados. A diretora garante que todos os espaços ocupados foram classificados pelo aplicativo Espaço Seguro (https://espacosseguro.ufjr.br/), desenvolvido pela UFRJ. O corpo estudantil conta com aproximadamente 850 estudantes de graduação e pós-gra-



DIVULGAÇÃO

O NUMPEX-BIO é o maior laboratório do Campus Caxias

duação. Presencialmente, são 64 inscritos em 14 disciplinas presenciais do 7º e 8º períodos, e uma do 5º período. “Todas têm pelo menos 50% de carga horária prática que precisam ser realizadas em laboratórios didáticos”, explica Juliany. O campus conta com 12 laboratórios, sendo o Numplex-Bio o maior deles, com 360 metros quadrados. Antes da pandemia, ele recebia 100 pessoas. De fevereiro até novembro de 2021, frequentavam 12, e agora subiu pra 30. Por enquanto, o seu uso e o de outros laboratórios é restrito ao agendamento.

Para um retorno seguro, além das instruções definidas pela UFRJ, a Comissão de Biosse-

gurança do campus organizou duas cartilhas de biossegurança (out/2020 e fev/2021), específicas para o campus, mais um Plano Local de Retorno Gradual das Aulas Práticas (nov/2021). Para abrir desse ano, o planejamento é o mesmo, adicionando a orientação da nota liberada pela universidade sobre o passaporte vacinal. “Todo o nosso corpo social, circulando diariamente pelo campus, está com pelo menos duas doses da vacina”, afirma a dirigente.

Enquanto isso, o transporte dentro do campus e o bandeirão seguem paralisados. “Eles já foram licitados e estamos estudando o protocolo de como e quando será o seu retorno efetivo”, relata

a diretora. A empresa que será responsável pelo bandeirão já foi contratada, e a expectativa do retorno é para o final de janeiro ou início de fevereiro. Antes da pandemia, o bandeirão servia de 250 a 300 refeições por dia.

A biblioteca está aberta diariamente, embora não seja possível estudar ou fazer consultas no local. É permitido ao aluno o empréstimo de livros, devendo agendar horário para retirá-lo e devolvê-lo. Além disso, o estudante pode contar com atendimento presencial, a partir do agendamento, da Coordenação de Desenvolvimento Estudantil e Suporte Acadêmico.

Segundo a Comissão de Biossegurança do Campus, a Direção Geral, a Direção Acadêmica e a própria comissão vêm desenvolvendo e executando ações para aumentar as atividades presenciais. “Além da classificação dos espaços, fixamos as etiquetas nas portas e implementamos insumos como cartazes, torens de álcool 70%, sabonete e máscara”, respondeu a comissão por e-mail.

QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

Em 2021, o orçamento participativo do campus foi de R\$ 76 mil, segundo a diretora Juliany Rodrigues. “Esprememos a laranja”, desabafa. A dirigente explica que, em agosto, a UFRJ liberou R\$ 150 mil para investir em manutenção.

“Gastamos R\$ 20 mil só evitando os vazamentos de água e trocando as torneiras do banheiro”, exemplifica.

Os problemas estruturais precedem a pandemia. Os estudantes contam que goteiras e falta d’água faziam parte da rotina do campus. “Já tivemos que migrar, durante uma prova, para que não ficássemos com água nos pés por conta das goteiras”, conta Marcos Torres, um dos estudantes e membro do Conselho Deliberativo Provisório de Xerém.

“Temos problemas de infraestrutura, sim”, reconhece a diretora. “Apesar disso, desde que assumi, em maio, tenho conseguido resolver alguns com o pouquinho de recurso que temos”. A prefeitura também tem concedido apoio em algumas obras. “Não temos problemas crônicos, nem tão grandes quanto os dos prédios do Fundão”, explica a dirigente, que argumenta ter condições de abrir todas as salas.

Juliany diz que foi feita uma obra paliativa no telhado, em janeiro de 2021. “Ainda não é o conserto que precisamos fazer, mas as goteiras nesse momento cessaram”, conta. Já para a falta d’água, a diretora afirma que hoje são entregues 60 mil litros por semana. Todo esse planejamento, contudo, será revisito com a recomendação da reitoria para a volta ao trabalho remoto até 31 de janeiro.



PLANETA DOENTE, VIDAS EM RISCO

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

As recentes tempestades no sul da Bahia levaram dor e destruição para mais de 660 mil pessoas em 165 municípios da região. A chuva que caiu por 20 dias seguidos deixou 153 cidades em situação de emergência, mais de 32 mil desabrigados, 57.531 desalojados, 25 mortos e 517 feridos. A fúria dos temporais fez novamente os cientistas acenderem o alerta para a sociedade sobre o quanto a ação humana colabora para que eventos extremos como esse aconteçam. Outra discussão é sobre a necessidade de investimento em sistemas que consigam prever com antecedência catástrofes como essa.

“A grande destruição na Bahia aconteceu já nas primeiras 12 horas de intensa chuva. Houve um efeito combinado de muitas variáveis meteorológicas que se somaram à Zona de Convergência do Atlântico Sul. Uma situação bastante complexa de prever”, explica o professor Wallace Figueiredo Menezes, do Departamento de Meteorologia da UFRJ. “Esse sistema permaneceu sobre a região por muitos dias e manteve centenas de cidades submersas”.

Para ele, o evento não pode ser classificado — ainda — como um resultado das mudanças climáticas. “Aquela região se tornou um ponto de intercessão entre vários fatores meteorológicos. Esta é uma análise meteorológica, algo que a



Estamos passando pela sexta extinção em massa do nosso planeta, sendo que é a primeira vez que é causada por uma única espécie: a nossa”

FABIO SCARANO
Professor do Instituto de Biologia da UFRJ

gente chama de análise sinótica. A gente identifica ‘ingredientes’ que ajudam a formar uma tempestade. E eles passaram a coexistir numa mesma região”, explica.

A tempestade que colocou o sul baiano submerso, segundo o docente, foi agravada por fatores meteorológicos que se formaram muito rapidamente. “Esse tipo de evento mostra a importância de termos centros regionais de previsão de tempo”, afirma. “Sobretudo em locais propensos a certos tipos de fenômenos, o ideal é ter centros focados neles, para especificar eventos ou configurações meteorológicas que possam impactar tão fortemente a vida das pessoas”.

AÇÃO HUMANA

A Ciência já comprovou que o principal agente causador do aquecimento global, na escala que temos observado, é o ser humano. “Na Amazônia, a gente tinha

um evento extremo a cada 20 anos, uma grande cheia ou uma grande seca. Nos últimos dez anos, esses eventos passaram a acontecer anualmente”, compara o professor Fabio Scarano, titular do Instituto de Biologia e especialista em ecologia e clima. “Estamos passando pela sexta extinção em massa do nosso planeta, sendo que é a primeira vez que é causada por uma única espécie: a nossa”, destaca.

Scarano acredita que, embora seja difícil atribuir alguns eventos às emissões de gases do efeito estufa, há pistas que levam a crer que as chuvas do sul da Bahia e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, tenham relação com o aquecimento global. “Uma das formas de medir essa relação é avaliar a frequência desses acontecimentos, mas essas áreas inundadas são comumente mais secas. Então, tenho, sim, a impressão de que parte disso se deve às mudanças climáticas”, pontua o especialista.

Para o professor, é preciso agir agora. “A Ciência já traçou cenários desoladores para o planeta, caso a média das temperaturas ultrapasse 2°C acima da média registrada antes da Revolução Industrial”, ele afirma. “Derretimento das geleiras, das calotas polares, aumento do nível do mar. Temos 60% da população brasileira vivendo à beira-mar e a até 50 quilômetros da região costeira. Cidades como o Rio vão ser submersas”.

O passo para estancar ou reduzir esses impactos, segundo o especialista, depende de cada um de nós. “Se continuarmos com o atual padrão de emissões, teremos um planeta, em 2050, 3°C mais quente. Temos que mudar os padrões de consu-

mo e produção. Nosso problema passa a ser de tempo. A gente precisa mudar drasticamente de postura até 2030 para chegarmos bem a 2050”.

Em relação ao Brasil, uma dessas mudanças é zerar o desmatamento. “Essa ainda é a principal causa de emissão de CO2 no nosso país. Não há como falar em descarbonização sem acabar com o desmatamento”, reconhece o professor André Lucena, do Programa de Planejamento Energético da Coppe. Ele é um dos pesquisadores que fazem parte da elaboração do próximo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

“O Brasil se comprometeu a tornar nulos até 2050 os efeitos das emissões, mas continuamos no sentido contrário, sobretudo pelo desmatamento crescente”, reforça. “Temos a tarefa de buscar formas de descarbonizar o setor energético e também outras áreas”, completa.

O investimento em energias renováveis é uma saída para descarbonizar o setor elétrico. “É imprescindível a adoção desse tipo de energia. Mas é preciso ter consciência de que elas, sozinhas, não são suficientes para zerar as emissões”, pondera o especialista em energias renováveis e professor de Engenharia do Centro Multidisciplinar de Macaé, professor Diego Malagueta.

Estimular pesquisas que busquem baratear o uso de energias como a eólica e a solar é uma tarefa do Estado, segundo o professor. “Precisamos buscar novas tecnologias para tornar o uso de energias renováveis uma realidade que alcance a população de maneira geral”, defende.

AR-CONDICIONADO, EFEITO ESTUFA E DESIGUALDADE

O aquecimento global gera uma consequência pouco discutida: o uso crescente de aparelhos de ar-condicionado, bem normal e desejado na sociedade contemporânea. Acontece que essa dinâmica pode representar um ciclo vicioso: quanto maior o calor, mais aparelhos ligados. E mais aparelhos ligados demandam mais energia elétrica, o que leva à ampliação da oferta de matrizes energéticas complementares. Parte dessas matrizes, como as movidas a carvão e gás, produz os chamados gases do efeito estufa, que tornam o planeta mais quente e levam mais pessoas a precisarem de

ar-condicionado, o que necessariamente aumenta a demanda energética e assim por diante.

É aí que entra a Ciência: para buscar soluções que quebrem essa retroalimentação entre aquecimento e aumento de emissões de CO2 (dióxido de carbono). “O aquecimento global é inequívoco. Já estamos com temperatura 1.2°C acima da registrada na época pré-industrial”, destaca o professor André Lucena, do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ. Ele foi um dos autores de um estudo que traça cenários de impacto do aumento do uso do ar-condicionado em quatro países emergen-

tes nos próximos 20 anos: Brasil, Índia, Indonésia e México.

O artigo *Climate change and air-conditioning: a rising emergency for emissions and inequalities* (Mudanças climáticas e ar-condicionado: uma emergência crescente para emissões e desigualdades) foi publicado na revista *Nature Communications* e coordenado pela professora Enrica De Cian, da *Ca' Foscari University of Venice*. O estudo indica que haverá aumento do uso dos aparelhos nos quatro países analisados. “Quem já tem ar-condicionado vai ligá-lo mais frequentemente, e a tendência é que o gasto de energia seja maior

para reduzir as temperaturas. Conforme aumenta a renda, o uso e a compra do aparelho vão sendo mais estimulados”, ele afirma.

A Índia, que tem a sua matriz energética baseada no carvão, poderá sofrer mais com as emissões de CO2, mas o Brasil também tende a ampliar a emissão de dióxido de carbono com a introdução do gás natural no sistema energético. “A gente consegue frear ou mitigar os efeitos sobre o clima com eficiência energética dos equipamentos. Mas é preciso caminhar no sentido da descarbonização do setor elétrico. Isso vai precisar acon-

tecer. É uma medida urgente”, afirma.

O artigo também aborda impactos sociais e econômicos nos países analisados. “De 64 a 100 milhões de famílias com acesso à eletricidade não serão capazes de atender adequadamente sua demanda por conforto térmico. A necessidade de sustentar os gastos com eletricidade em resposta a temperaturas mais altas também pode criar oportunidades desiguais de adaptação”, destaca trecho do artigo. Para ler a íntegra, acesse: www.nature.com/articles/s41467-021-26592-2.

(Silvana Sá)